

Projecto de “Formação Informal de Jovens FIJE” em Tete, Moçambique

Sumário de Avaliação ::



**COOPERAÇÃO
PORTUGUESA**

Enquadramento

- > O projecto foi promovido pelo Centro de Informação e Documentação Amilcar Cabral - CIDAC, executado pela Direcção Provincial de Educação de Tete, financiado pela União Europeia e pelo Fundo para a Cooperação Económica (montante geral financiado: 67.698.326\$00) e avaliado por encomenda do Instituto da Cooperação Portuguesa pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tendo o Instituto destacado um representante para acompanhar todo o processo. Tratou-se de uma avaliação ex-post e externa e decorreu nos anos de 1999 e 2000.

Resumo do Projecto

- > O Projecto foi delineado no final dos anos 80, com o intuito de dotar os jovens, sobretudo dos meios rurais, de capacidades mínimas profissionais, de modo a permitir a sua integração na vida económica e profissional. Este projecto decorreu entre 1990 e 99 e foi concebido numa fase em que o Estado moçambicano, não podia oferecer a todos a oportunidade de prosseguirem os seus estudos para além do ensino básico do 1o grau, devido fundamentalmente à situação de guerra e às políticas de ajustamento estrutural. Acresce que, as populações ainda não estavam fixas nas suas zonas de origem, e sobretudo a rede escolar estava destruída pela guerra.
- > A província de Tete é tradicionalmente conhecida pela qualidade dos seus artesãos. Por outro lado, as condições climáticas e os solos favoráveis à agricultura nem sempre permitem absorver a população em actividades exclusivamente agrícolas durante todo o ano. Daí que o projecto se tenha centrado na formação profissional nos Internatos de Boroma e de Tete.
- > A concentração dos jovens estudantes nos centros urbanos e nos locais de formação deve-se à localização da oferta de escolarização e às dificuldades de circulação em tempo de guerra. O acolhimento dos jovens estudantes era feito em lares que, para além do alojamento, ofereciam alimentação. O esforço de guerra e a falta de géneros alimentares não permitia ao governo custear todos os encargos, por isso

foram desenvolvidos meios de produção, de forma a contribuir para a sua subsistência. É neste processo, em que os estudantes são chamados a participar com a contribuição do seu trabalho, que se desenvolveu a formação profissional informal de jovens.

- > Os jovens eram agrupados de acordo com a profissão em aprendizagem e eram acompanhados por um monitor/artesão especializado. A formação em oficina decorria na parte do dia não ocupada pelas actividades escolares normais.
- > Foram alvos principais as crianças afectadas pela guerra, os jovens dos distritos rurais que se deslocavam para os Internatos na área da capital da Província para frequentarem a 6a e 7a classe e os professores em formação. A partir de 1995 os Centros abriram a formação aos militares desmobilizados.
- > O Objectivo geral do projecto era o de fornecer meios (não formais) de formação vocacional que permitissem aos jovens dos Internatos de Boroma e dos Lares de Estudantes de Tété, após o termo da 7a classe, voltar para as suas localidades de origem com uma formação de base que os tornasse auto-suficientes e, ao mesmo tempo, úteis às suas comunidades.
- > Os Objectivos específicos do Projecto consubstanciavam-se na criação de auto-emprego e na sustentabilidade das oficinas.

Conclusões:

1. O modelo de funcionamento aplicado não conseguiu responder de forma coerente e satisfatória às necessidades do projecto. A fragmentação verificada no desenvolvimento do projecto resulta da concretização parcelar ao nível do financiamento, da concepção oficial, da estratégia delineada e dos resultados esperados.
2. A evolução do financiamento deste projecto coloca algumas questões de fundo. A Organização Não-Governamental (ONG), por definição, não possuindo capacidade financeira para desenvolver projectos autonomamente, necessita de recorrer a instituições financiadoras para esse efeito. Os prazos de candidatura e de tomadas de decisão

dessas mesmas instituições são imprevisíveis e irregulares, pondo em causa a execução atempada dos projectos desde o primeiro momento. A transferência de verbas também está sujeita a atrasos constantes, não existindo alternativas viáveis. Esta realidade é inerente ao próprio sistema de cooperação para o desenvolvimento actual e encontra-se agudizada, a nível nacional, pela inexistência de uma política governamental de cooperação para o desenvolvimento; a nível internacional, por um aumento drástico do número de ONG que concorrem aos fundos afectos à cooperação para o desenvolvimento e a limitação dos recursos financeiros disponíveis para essa mesma cooperação.

3. A gestão foi efectuada de forma inconstante e à distância, não se tendo verificado um acompanhamento eficaz do projecto. A informalidade das relações humanas são essenciais para desenvolver um projecto em parceria mas não são suficientes.
4. Acompanhar a execução de um projecto implica conhecer e viver o seu dia-a-dia, para que os obstáculos estruturais possam ser identificado, contornados ou colmatados.
5. As avaliações efectuadas durante o período de execução do projecto são novamente caracterizadas por análises parcelares, sem se conseguir estabelecer um fio condutor suficientemente credível. A informação sobre a implementação do projecto é escassa, irregular e contraditória.
6. O projecto, no seu todo, assim como em cada uma das partes, demonstrou ser pertinente para a realidade moçambicana na província de Tete.
5. O projecto não se revelou eficaz, apesar de determinados objectivos operacionais terem sido atingidos e de o objectivo específico ter alcançado algum grau de concretização.
6. A análise efectuada indicia uma ineficiência estrutural, mas também não há dados que permitam confirmar de forma inequívoca esta conclusão.
7. A sustentabilidade do projecto apresentou-se desde o início difícil mas apesar de disso, foi sempre consagrada como objectivo geral das intervenções desenvolvidas. O projecto não tem capacidade de

auto-financiamento, encontrando-se a sua sobrevivência comprometida com a conclusão do financiamento facultado pela ONG.

8. O projecto parece ter tido um impacte geral positivo. No entanto, não foi possível analisar de forma minimamente satisfatória a inserção socio-profissional de todos os formados.

Recomendações

1. O carácter fragmentado das diferentes candidaturas, os desfasamentos entre as decisões das instituições financiadoras relativas a cada projecto individual, bem como, a duração excessiva do projecto associada ao número de elementos que intervieram na concepção, execução e avaliação do mesmo, não devem constituir, características usuais de projectos de cooperação para o desenvolvimento.
2. As fontes de financiamento constituem um dado nas actividades das ONG, sendo necessário proceder a uma incorporação das características das diferentes linhas de financiamento. O CIDAC ainda que bem adaptado à realidade de financiamento das ONG, conseguindo desenvolver e executar uma engenharia financeira passível de proporcionar uma estabilidade mínima ao fluxo de financiamento necessário para manter um projecto em funcionamento, deverá informar e clarificar estes esquemas de funcionamento aos parceiros locais.
3. O CIDAC deve repensar profundamente o seu modelo de gestão e acompanhamento de projectos desta natureza. Pelas razões referidas, o acompanhamento no terreno deve ser regular, por forma a responder atempadamente a alterações nas condições de execução do projecto e a identificar problemas, obstáculos e disfunções que possam surgir na implementação do projecto. O parceiro local deve ser inteirado de forma mais clara e objectiva relativamente aos requisitos resultantes das diferentes linhas de financiamento utilizadas, e à natureza definitivamente temporária do projecto em causa. A responsabilização também passa pela realização de uma avaliação pertinente e rigorosa, efectuada, de preferência, por um elemento neutro, contribuindo para a profissionalização deste tipo de actividade por parte do CIDAC.

4. Os projectos de formação profissional para jovens constituem um factor importante em economias em recuperação, particularmente em países em que se verifica um isolamento de algumas regiões relativamente aos centros urbanos principais, e onde a estrutura social, económica e educativa ainda se encontra em “convalescença”. Consequentemente, recomenda-se a continuação de projectos nesta área ajustados à realidade moçambicana actual.
5. A eficácia de qualquer projecto deve estar assegurada. Os objectivos definidos devem ser baseados em informação local e devem contemplar metas exequíveis face à realidade socio-cultural, económica, financeira e institucional existentes.
6. A eficiência de um projecto desta natureza exige um conhecimento detalhado do sistema económico de distribuição de matérias-primas em vigor e da estrutura económica, formal a informal, existente. A única forma de garantir a eficiência de um projecto de formação profissional é garantir um orçamento o mais realista possível.
7. Por definição, os projectos de cooperação para o desenvolvimento devem ter um carácter temporário e permitir a continuação do projecto, quando tal fizer sentido. Também por definição, raros são os projectos de formação profissional auto-sustentáveis. Assim, ou há que repensar a não sustentabilidade de projectos desta natureza, ou, então, há que criar condições de enraizamento das actividades iniciadas pelo projecto na sociedade em causa. A última opção exige não só um conhecimento profundo das necessidades locais em matéria de conhecimentos e de produtos e/ou serviços, ou seja, um conhecimento rigoroso da realidade social e económica local.
8. Futuros projectos nesta área têm de ter em conta a possibilidade de integrar formação com produção para consumo interno e/ou externo. Um exemplo, prende-se com o facto de nenhuma das instituições de acolhimento das oficinas ter utilizado as mesmas para obter produtos ou serviços que visassem a melhoria, manutenção ou conserto das suas próprias instalações, começando pelos monitores e pelas próprias oficinas o que foi um factor limitador da sustentabilidade.

9. A pertinência de um projecto na área da formação profissional de jovens mantém-se, tendo mesmo aumentado no último ano (1999). O Estado moçambicano encomendou um estudo do ensino técnico-profissional no país e das antigas Escolas de Artes a Ofícios (EAO), no âmbito de uma reestruturação do sistema nacional de ensino. O Centro Internato de Boroma foi inicialmente uma Escola de Artes a Ofícios e está incluída no estudo efectuado e nas propostas de reactivação da Rede de Escolas de Artes a Ofícios. Neste contexto, as oficinas poderiam constituir um excelente ponto de partida para a re-activação da EAO de Boroma. O plano prevê que as EAO façam parte de um sistema nacional devidamente harmonizado, homologado e gerido, apesar de cada EAO poder vir a ter um executor diferente. Este novo contexto contempla, obviamente, formação profissional formal, no âmbito de um sistema nacional previamente definido. Esta Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) parece estar em óptimas condições, do ponto de vista da experiência acumulada, da relação existente com a DPE-Tete e dos contactos que possui na área da formação profissional, para se apresentar como financiadora/gestora candidata à EAO de Boroma.